

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

LUTA DE CLASSES E DISPUTA PELO ESTADO NO BRASIL DESDE A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA: definições para a participação no âmbito das políticas públicas¹

Dilceane Carraro¹
Dyullia Severo de Gonçalves²
Amanda Gabriela de Souza³
Hadassa Ester Laila de Aguiar⁴

RESUMO

Este artigo tem como objetivo abordar as disputas de classes em torno do Estado e sua incidência sobre a construção da participação social e da participação popular no campo dos direitos sociais e das políticas públicas no Brasil partindo do contexto da redemocratização até os dias atuais. Os pressupostos teórico-metodológicos partem da teoria social de Marx e da teoria marxista da dependência tendo como estrutura de análise as categorias luta de classes, Estado, dependência e superexploração. A discussão percorre o cenário político e econômico da transição dos governos militares para a democracia até os dias atuais com ênfase nas disputas das classes pelo poder do Estado e sua incidência para a construção da participação diante de um contexto de tentativa de consolidação das políticas públicas que materializam os direitos sociais da Constituição Federal de 1988 e o avanço da ideologia neoliberal e suas feições neoconservadoras.

Palavras-chave: Luta de Classes; Estado; Participação.

ABSTRACT

This article aims to approach class disputes around the State and its impact on the construction of social participation and popular participation in the field of social rights and public policies in Brazil, starting from the context of redemocratization until the present day. The theoretical-methodological assumptions depart from Marx's social theory and the Marxist theory of dependency, having as an analysis structure the categories class struggle, State, dependency and super-exploitation. The discussion covers the political and economic scenario of the transition from military governments to democracy up to the present day, with an emphasis on class disputes for State's power and their impact on the construction of participation in the context of an attempt to consolidate public policies that materialize the social rights of the Federal Constitution of 1988 and the advancement of neoliberal ideology and its neoconservative features.

Keywords: Class struggle; State; Participation.

¹ Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho e Política Social na América Latina - Coletivo Veias Abertas, vinculado ao Instituto de Estudos Latino-Americanos - IELA/UFSC. E-mail: dilceane.carraro@ufsc.br.

² Estudante do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Estagiária no projeto de extensão Democratiza SUAS/DSS-UFSC. E-mail: dyullia.severo@gmail.com.

³ Estudante do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Extensionista no projeto de extensão Democratiza SUAS/DSS-UFSC. E-mail: amandagsouza.99@gmail.com.

⁴ Estudante do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Extensionista e estagiária no projeto de extensão Assessoria técnica ao Fórum Estadual Permanente de Assistência Social de Santa Catarina (FEPAS/SC). E-mail: hadassa.el.aguiar@gmail.com.

PROMOÇÃO



1 INTRODUÇÃO

Os contornos políticos vivenciados no Brasil com a mudança de governo no início de 2023 dinamizam as disputas pela riqueza social e pelo poder político, o que impacta a luta de classes e exige uma reacomodação dos interesses e domínio das classes dominantes internas, e também, em sua relação com as classes dominantes externas. As expectativas geradas por esse contexto político recolocam os conflitos inerentes à formação sócio-histórica brasileira e diante deles, as possibilidades de conquistas reais para a classe trabalhadora.

Esse contexto retoma o lugar central da democracia na disputa política que ensejou o cenário de redemocratização cujos elementos centrais e disputas ainda estão atuais, mesmo depois de mais de trinta anos da saída do último período de governo militar no Brasil.

Para abordar as disputas entre as classes sociais e seus impactos sobre a organização social, torna-se necessária a compreensão do principal objetivo que mobiliza essas disputas. De modo geral, podemos dizer que ele consiste em tornar hegemônico um projeto de sociedade que buscará direcionar o ordenamento social para um caminho que favorece determinado segmento social. Esta afirmativa pode ser vista nos diferentes períodos históricos e constitui-se de um processo contínuo e presente até os dias atuais.

Na teoria social crítica de Marx (1998), a disputa de classes é posta em evidência pelo antagonismo entre classe burguesa e classe trabalhadora. Marx dirá que o sistema capitalista amplia as desigualdades socioeconômicas à medida que beneficia um pequeno grupo, em detrimento de grande parcela da população, tendo como objetivo o lucro advindo do aumento do capital. O lucro no sistema capitalista terá como pressuposto a exploração da força de trabalho o que por sua vez tornará explícitas relações sociais atravessadas pela desigualdade.

Neste artigo, objetiva-se abordar as disputas de classes em torno do Estado e sua incidência sobre a construção da participação social e da participação popular no campo dos direitos sociais e das políticas públicas no Brasil partindo do contexto da redemocratização até os dias atuais tendo como estrutura de análise as

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

categorias de luta de classes, dependência e superexploração a partir dos ensinamentos de Ruy Mauro Marini (2005) e Jaime Osorio (2009; 2014) que melhor explicitam nossa perspectiva teórica.

O percurso deste artigo compreende uma breve apresentação dos pressupostos teóricos que orientam nossas análises, a partir da teoria social de marx e da teoria marxista da dependência, para em seguida, no solo concreto latino-americano e brasileiro contextualizar o cenário político e econômico da transição dos governos militares para a democracia até os dias atuais, com ênfase nas disputas das classes por poder político e manutenção dos privilégios nos governos que sucedem o período de redemocratização. Neste terreno da luta de classes, o espaço para o desenvolvimento da participação popular se desvanece diante de um contexto de tentativa de consolidação das políticas públicas que materializam os direitos sociais da Constituição Federal de 1988 e o avanço da ideologia neoliberal e suas feições neoconservadoras, sobretudo nos governos dos anos 1990 e da segunda metade dos anos 2010.

2 LUTA DE CLASSES NO BRASIL RECENTE: AS DISPUTAS EM TORNO DO ESTADO

“A história da luta de todas as sociedades até hoje é a história das lutas de classes” (MARX; ENGELS, 1998, p. 4). Com essa chamada dos célebres autores que construíram as bases para a compreensão do sistema capitalista, compreende-se que para apreensão do objeto de análise é necessário a apreensão da particularidade latino-americana no desenvolvimento do sistema capitalista mundial.

Marini (2005) fez uma contribuição imprescindível para compreender a relação econômica entre os países latino-americanos e os países centrais desde a inserção dos primeiros no mercado mundial, contribuindo para desvendar o modo de produção e acumulação capitalista nos países dependentes, indicando o papel fundamental da América Latina na consolidação do capitalismo mundial. As semelhanças que envolvem os países latino-americanos e as contradições peculiares ao modelo de desenvolvimento, desigual e combinado, que foram

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



submetidos ao longo dos últimos séculos caracterizam uma condição de dependência, descrita pelo autor como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes que levam a alteração nas relações de produção internas para garantir a reprodução ampliada da dependência (MARINI, 2005).

Além da dependência, o segundo traço comum às nações latino-americanas que as distinguem no âmbito do desenvolvimento capitalista mundial é a superexploração da força de trabalho. Para melhor explicitar a incidência desta no sistema capitalista latino-americano, Marini (2005, p. 156) aponta os três mecanismos combinados que engendram a superexploração e que atuam para compensar a perda de mais-valia na esfera da produção interna. São eles: “a intensificação da jornada de trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte de trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho”. Segundo Osorio (2009, p. 171), a superexploração é a “categoria que busca dar conta do aspecto central da reprodução do capital dependente”.

Nessa modalidade de capitalismo, os trabalhadores superexplorados na América Latina se tornam essenciais para o desenvolvimento do capitalismo nas economias centrais, “que acaba fazendo da superexploração um motor fundamental da sua reprodução, [...] que se distancia das necessidades de consumo da população trabalhadora” (OSORIO, 2009, p. 183), pois a sua produção interna é voltada para fora.

O capitalismo dependente é a forma de sustento do capitalismo mundial. A partir dele as economias centrais constroem o seu legado de desenvolvimento às custas da espoliação, morte e saqueio das riquezas da região latino-americana. As populações que aqui residiram e residem foram escamoteadas de seus territórios, a partir do que Báez (2010 apud RAMPINELLI, 2014) indicou como três grandes crimes cometidos contra os povos latino-americanos: o genocídio, o memoricídio e o etnocídio. A resposta dada às formas de resistência em nossa história sempre foi a violência, com movimentos sociais colocados na ilegalidade e duramente reprimidos pela força armada do Estado.

Este legado é reforçado e reproduzido de forma ampliada ao longo da formação sócio-histórica brasileira. Os distintos períodos de governos autoritários

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



agravaram a relação violenta com a classe trabalhadora e expressam o caráter da luta de classes no capitalismo dependente. A saída por governos autoritários foi uma escolha recorrente em nossa história, ainda mais quando as condições de vida e de reprodução social da classe trabalhadora não lhe dava outra opção senão o tensionamento e exigência de reformas de base pelo Estado.

Neste contexto que localizamos o período que nos levou a ditadura civil-militar inaugurada em 1964, durante o governo de João Goulart, como forma de impedir um avanço de reformas sociais, as forças militares, em conjunto com a burguesia nacional alimentada pela burguesia internacional, declaram um golpe de Estado.

A ditadura enfrentada no nosso país foi um freio, uma solução alicerçada em agências internacionais de construção ideológica. Mesmo estas agências não evidenciando os seus mecanismos ideológicos, “a política, aparentemente divorciada de ideologia, é pura ideologia, uma tentativa de transformar o mundo com ‘boas intenções’, sem alterar a substância das coisas” (FERNANDES, 1986, p. 18).

Com o fim da ditadura, os militares que comandavam estes governos passaram a integrar novas frentes, agora “escondidos” por trás de uma dita democracia e da nova república. Um novo freio se instaura, que agora serve para apaziguar as resistências populares que reivindicavam o fim da ditadura e a democracia. O discurso da democracia passa a ser utilizado pela burguesia nacional, alicerçado em governantes, como forma de mascarar o que se pretendia com a chamada nova república.

O período que marca a redemocratização brasileira permitiu à burguesia abraçar uma “composição política que garantiu ao grande capital nacional e estrangeiro uma transição sem ousadias e sem turbulências” (FERNANDES, 1986, p. 19) nos legando o que o autor denomina como democratização *sui generis*, ou seja, saída das entranhas do regime, “como sangue do seu sangue” (FERNANDES, 1986, p. 19).

Mesmo com as lutas pelas diretas já, a primeira eleição não se deu dessa maneira. Foi uma eleição indireta, que demonstrou a busca por uma segurança no processo de transição, para não romper com as estruturas, mas anunciar mudanças

PROMOÇÃO



APOIO

em sua aparência, concretizando o início do dito período redemocrático. Os militares “não foram derrubados; prepararam uma retirada estratégica da qual e sobre a qual mantêm um controle direto e quase intocável” (FERNANDES, 1986, p. 22).

O período que se iniciava revelou sua face. Dentre suas consequências foi o apagamento e cooptação das lutas sociais após o período da ditadura, pois o governo em voga estava alicerçado em uma base autoritária que, “não rompeu com o passado, remoto ou recente. Não combateu de frente a ditadura. Contornou-a e prolongou-a” (FERNANDES, 1986, p. 20), buscando uma conciliação com os movimentos populares, ressaltando o apaziguamento das lutas “sob a aparência mais democrática possível, autocratiza a solução dos problemas e desmoraliza os próprios movimentos por meio de formas explícitas de cooptação governamental” (FERNANDES, 1986, p. 25).

É pertinente ressaltar o papel do Estado neste contexto. Reforça-se a perspectiva de um Estado como instrumento de interesse da classe dominante. “As classes dominantes precisam de um Estado forte para preservar a ordem e reproduzir o seu poder real” (FERNANDES, 1986, p. 26). Soma-se a isso a necessidade de “[...] um Estado semiditatorial ou completamente ditatorial, para lidar com os descontentes” (FERNANDES, 1986, p. 26).

É importante ressaltar esta realidade a partir de Osorio (2014), que aprofunda o papel do Estado no capitalismo dependente, base para este processo. Segundo o autor, o Estado dependente é permeado por dois processos.

O primeiro processo se refere à condição dependente das formações sociais que o constitui. O segundo se refere ao significado da particular modalidade da exploração no capitalismo dependente – a superexploração –, que determina as relações entre classes, frações e setores. (OSORIO, 2014, p. 205).

Além disso, cumpre também a função ideológica, possibilitando o exercício de uma posição autoritária em relação à população, em que “[...] as máximas autoridades, tendencialmente, aparecem como um comando acima da sociedade” (OSORIO, 2014, p. 209). Como o sistema capitalista é um sistema violento em sua essência, o “[...] capital tende a gerar na sociedade, e frente ao sentimento de fragilidade social que se impõem aos indivíduos [...], as autoridades estatais e o aparato de Estado emergem como um refúgio” (OSORIO, 2014, p. 209).

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Os limites circunscritos caracterizam o período da redemocratização como um processo contraditório, que atendeu tanto aos interesses do capital, como aos interesses dos movimentos populares. Se por um lado havia reivindicações por uma abertura democrática com garantia de direitos à população, no outro havia os interesses do capital nacional e internacional. Este último via nos governos civil-militares uma ameaça ao desenvolvimento de sua política e ideologia na América Latina. “Era preciso opor-se ao militarismo durante o novo período na América Latina e instaurar uma política de restauração do poder civil na região e uma defesa intransigente dos direitos humanos como fonte de mobilização política desde os Estados Unidos.” (SANTOS, 1994, p. 218).

Internamente no país, de 1985 até a constituinte em 1988, o avanço dos ideais liberais irá de encontro aos interesses de partidos conservadores. Com o PMDB à frente, este grupo via no avanço da organização popular a possibilidade de uma reforma agrária que ameaçaria o direito de propriedade. Todavia, neste momento não mais se tratava de latifúndios improdutivos, mas sim de propriedades passíveis de serem exploradas por setores capitalistas. “A possibilidade da reforma agrária vai levar à mobilização das forças de centro-direita dentro do parlamento para garantir as medidas de interesse das forças conservadoras.” (SANTOS, 1994, p. 278-279).

De outro lado, embora mais progressista, mas não menos liberal, havia o recém-formado PSDB que surge devido ao rompimento com o partido do movimento democrático. Assumindo uma postura de conciliação entre oposição e compromisso com a ordem posta, o partido buscará refletir seus interesses em “libertar” o capitalismo brasileiro de comportamentos “pré-capitalistas, oligárquicos, estatizantes e sobretudo de suas formas “selvagens””. O que veremos é “[...] o intento de criar uma social-democracia pequeno-burguesa que fizesse concessão aos trabalhadores.” (SANTOS, 1994, p. 280). Fica implícito que o processo de redemocratização serviu como cortina de fumaça para que os novos ideais liberais avançassem política e economicamente no país, sendo a Constituição de 1988, um importante marco, ora para os direitos sociais, ora para o avanço do capitalismo.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

A instituição de uma social-democracia pequeno-burguesa abre espaço para a defesa e garantia de direitos civis ao passo que proporciona maior flexibilidade do capital nacional e estrangeiro, permitindo a integração destes nos setores econômicos. Embora se saiba que muito do que ocorreu no processo de abertura democrática tenha servido sobretudo aos interesses do capital, cabe reconhecer o importante avanço nos direitos sociais ao ter a seguridade social legalmente reconhecidas pela Constituição Federal enquanto política pública.

Deste modo, ainda que tenha havido desde sua instituição a tentativa de surruiar direitos legalmente reconhecidos, há, a partir de 1988, a criação de espaços e instrumentos para que se lute pela defesa e garantia do que fora previsto nos princípios constitucionais como a participação na gestão, implementação, elaboração e fiscalização de políticas em espaços como conselhos de direitos e políticas, fóruns de defesa de políticas, dentre outros (BRASIL, 2008).

3 DISPUTAS NO CAMPO DOS DIREITOS SOCIAIS: A PARTICIPAÇÃO POPULAR COMO CONSTRUÇÃO NECESSÁRIA À CLASSE TRABALHADORA

Embora esboce princípios que garantam a materialização dos espaços de participação dentro das esferas institucionais, o que se tem visto pós Constituição de 1988 é a sucessão de governos que se mostraram aliados ao neoliberalismo e aos interesses do capital. Conforme aponta Couto (2004, p. 154)

Os governos de Sarney, Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso construíram um projeto político alicerçado [...] na centralização da estabilidade econômica e no desejo de reformar a Constituição de 1988, considerada um peso para a nação e um entrave ao projeto de crescimento.

Mostra-se como compromisso primordial destes governos o desenvolvimento econômico do país, tentando controlar a inflação e conter o *déficit público* com implementação de Planos que visavam valorizar a moeda nacional, mas de outro lado o desmonte das políticas de seguridade social e das conquistas atingidas neste período pela população .

Ademais, a institucionalização da participação e do controle social, garantidos pelas Constituição Federal de 1988 e por legislações específicas das políticas públicas, que em tese tem como objetivo aproximar a sociedade civil das instâncias

PROMOÇÃO



APOIO



legislativas, acaba burocratizando e inviabilizando a potencialidade da participação social como tal, sendo ressaltadas posições autoritárias nestes espaços e de submissão da população pelo Estado, neste caso a institucionalização ao invés de dar voz a sociedade civil, a silencia.

Castelo (2013) aponta que as alterações realizadas pelo capitalismo neoliberal nos idos dos anos 2000 objetivavam conservar sua "essência", na tentativa de evitar maiores desgastes políticos, sociais e econômicos em momentos de crise do capital. Deste modo, o Estado seria chamado a atuar de forma pontual e paliativa nas expressões mais profundas e particulares da questão social na América Latina.

Assim, o intuito era manter o status de um governo baseado no social-liberalismo, preservando, “[...] a retomada dos lucros dos grandes monopólios capitalistas via o novo imperialismo, a financeirização da economia, a reestruturação produtiva e precarização do mundo do trabalho [...]”, fazendo algumas poucas concessões através de políticas eventuais que, passados os períodos de crise, seriam descontinuadas (CASTELO, 2013, p. 122).

Nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) é possível observar algumas mudanças que, conforme afirma Castelo (2013), focaram em permanecer no mesmo, ou seja, reformar enquanto ainda há tempo para conservar. Um governo social-liberal, que em outros momentos defendeu os interesses da classe trabalhadora, mas naquele, aderiu ao “projeto burguês contemporâneo” (2013, p. 122) ficou marcado por uma política neodesenvolvimentista, que mesmo atendendo interesses mínimos dos trabalhadores, foi o governo que mais gerou rentabilidade monetária tirando “cerca de 44% do orçamento [...] enquanto as necessidades básicas dos usuários dos serviços sociais públicos não [eram] atendidas” (CASTELO, 2013, p.125).

O governo Lula inovou no que tange a rentabilidade financeira, os bancos lucraram milhões, a Bolsa de valores de São Paulo (BOVESPA) subiu 523% durante 2003-2010 (CASTELO, 2013, p.126) e os diversos setores do capital lucraram como nunca na história do país. Porém, mesmo assim, o país ocupava a 4ª posição no ranking de pauperismo relativo na América Latina. As reformas realizadas em seu

governo foram paliativas, sem ensejar transformações de base que pudessem mudar o cenário social e econômico brasileiro.

Os mecanismos de cooptação da classe trabalhadora, tiveram como objetivo desmobilizar de uma forma apassivadora a classe trabalhadora dos espaços de participação social e popular visto que, na disputa presidencial pós ditadura militar a esquerda representada pelo recém-formado Partido dos Trabalhadores (PT) tem na figura de Lula o alinhamento aos segmentos da classe trabalhadora mais explorados do país,

[...] Lula tinha uma carreira política identificada com as lutas populares e com uma postura socialista e propunha transformações profundas que, mesmo não rompendo com o regime econômico capitalista, permitiria reorientar o capitalismo brasileiro na direção de transformações sociais profundas que assegurassem a participação da maioria da população no processo de desenvolvimento econômico e na consolidação de uma nação independente e moderna (SANTOS, 1994, p. 285).

Porém, como pode ser visto, apesar da identificação que a classe trabalhadora teve com o principal líder de esquerda à época, durante os seus dois governos não foram obtidas transformações sociais profundas, mas sim a continuação da política econômica neoliberal, que mesmo com a preconização de direitos sociais antes não constituídos, não foram suficientes para que a população tivesse ganhos significativos em sua base.

O governo PT seguiu no poder com a presidenta Dilma Rousseff, que teve o seu mandato duramente interrompido pelo Golpe de 2016 articulado entre os poderes legislativo e judiciário, estes que possibilitaram que o então vice-presidente, Michel Temer, ocupasse o maior cargo de poder do nosso país. Foi um processo planejado e preparado, para que fosse possível com Michel Temer o impulso para que diversas contrarreformas e ataques aos direitos sociais fossem arranjados. Entre estes a Emenda Constitucional nº 95 de 2016, estipulando o teto de gastos, o que afetou diretamente as políticas públicas, e logo, os direitos sociais.

Em 2018 acontece um novo processo eleitoral, em que Bolsonaro foi eleito com o apoio ideológico dos meios de comunicação. Faltam palavras para dizer o quão alinhado com a necropolítica, o nepotismo e com o ultraconservadorismo este governo fundou suas entranhas. Um governo marcado pelo desmonte de políticas públicas, pela extinção e limitação de espaços de participação social, conforme o

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Decreto Nº 9.759, de 11 de abril de 2019, além de moralizar e criminalizar espaços de participação popular. Ademais, uma postura na pandemia do COVID-19 que tirou toda a força de organização política e de luta da classe trabalhadora.

Dados do Senado Notícias mostram que dos atingidos pelo vírus, houve um recorte de cor, e consequentemente de classe, visto que “8% dos indígenas tiveram contato com o coronavírus, contra 1,7% dos brancos, 4,5% dos pardos, 3,6% dos negros e 3,6% dos amarelos.” Além de enfatizar que “a demora em compras de vacinas anti-covid teria causado entre 95,5 mil e 145 mil mortes.” (AGÊNCIA SENADO, 2021).

Relacionar esse descompromisso proposital do Estado com os interesses do capitalismo nacional e internacional é intuitivo. Para Netto (2012, p. 214, grifo do autor), “a desqualificação do Estado tem sido, como é notório, a pedra-de-toque do privatismo da *ideologia neoliberal*: a defesa do ‘Estado mínimo’ pretende, fundamentalmente, ‘o Estado máximo para o capital’”.

Embora enfraquecidos pelos resquícios de um governo genocida, desmobilizador e ultraconservador, além das sequelas da pandemia, a posse do governo Lula apresenta algumas expectativas para recuperar a democratização no campo das políticas públicas e dos direitos sociais. O resgate das estratégias de participação real nas políticas públicas é apenas o primeiro e necessário passo, considerando que a participação social não inviabiliza o incremento e o potencial que porta a participação popular. Como afirma Travassos (2016, p. 115) “as diversas formas de luta dos movimentos sociais populares são enfrentamentos aos regimes políticos que oprimem a população em toda sua história em qualquer lugar do mundo”.

Neste escopo, é importante ressaltar as diferenças existentes entre participação social e participação popular. A primeira, institucionalizada, garantida na Constituição Federal de 1988, é um espaço onde é possível materializar os impasses e as disputas de interesses, visto que são nos espaços de controle social que a sociedade civil tem o direito de participar e fiscalizar o trabalho das 3 esferas de governo.

Essa forma de atuação da sociedade civil organizada é fundamental para o controle, fiscalização, acompanhamento e a implementação das políticas

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

públicas, bem como para o exercício do diálogo e de uma relação mais rotineira e orgânica entre os governos e a sociedade civil (GADOTTI, 2014, p. 2).

Já a participação popular tem outra perspectiva. A prática que se origina dos movimentos sociais e populares, é uma ação política nutrida pelas “formas de lutas mais diretas das classes populares diante de problemas concretos e imediatos da vida social” (TRAVASSOS, 2016, p. 116). Esta forma de participação, extrapola o sentido técnico e atua como uma pedagogia participativa, pois trabalha na coletividade e no sentimento de participação dos sujeitos, colaborando e construindo o reconhecimento da cidadania e da luta política.

Observando os dois aspectos, percebe-se que por não serem institucionalizados, os espaços de participação popular são os que proporcionam maior condição para organização e mobilização na luta pela melhoria das condições de vida, o que passa necessariamente pela garantia dos direitos.

Ainda que, garantida, institucionalizada e legalizada, a participação, seja ela popular, seja ela social, encontra inúmeros desafios para sua legitimação e materialização, visto que os interesses do capital sempre serão atendidos em primeira instância. Todavia, estes espaços se caracterizam como ferramenta propulsora por possibilitar uma participação popular que vai além dos limites definidos por suas estruturas, ou seja, embora haja limitações, há também ações que permitem a expansão destes espaços, tornando-os ainda mais democráticos.

Neste sentido, reiteramos a vitalidade em se possuir, para além da dimensão pedagógica da participação, um aporte teórico e técnico que possa subsidiar a intervenção sobre a realidade – entendendo que esta encontra-se em permanente mudança – de modo que fortaleça esses espaços e os sujeitos que o compõem. Do contrário, corre-se o risco de cair na burocratização e reducionismo das pautas discutidas e encaminhadas no âmbito das políticas públicas e dos fóruns e conselhos que as compõem, apontando apenas para os diversos limitadores da ação, encobrindo as possibilidades de transformação que só podem emergir de uma participação popular organizada e bem direcionada.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Entende-se como desafio para materialização e manutenção dos espaços de participação, as impossibilidades que são circunscritas a partir da nossa própria democracia, sendo que “a democracia é uma realidade histórica a conquistar” (FERNANDES, 1986, p. 30). Dado ainda mecanismos de cooptação de movimentos populares vivenciados ao longo de nossa história pelos governos, em que são utilizados meios de apaziguamento das lutas sociais, muitas vezes sendo utilizadas as próprias lutas por direitos para o abrandamento da luta.

É pertinente ainda, evidenciar que as políticas públicas não se inserem em um campo neutro, mas sim um espaço de disputa entre as classes sociais. As contradições das políticas públicas são as contradições inerentes ao sistema capitalista vigente. Considerando nossa particularidade dentro do sistema como periferia do capital, estas políticas públicas tornam-se mínimas, tendo em vista o neoliberalismo que torna o Estado como subsidiário em sua atuação nos direitos sociais, corroborando para o sucateamento das políticas estatais e dismanteland o que tem-se como dever do Estado e direito do cidadão, como consta na Constituição Federal de 1988, destruindo os direitos conquistados por meio das lutas sociais. Neste sentido, nos cabe defender que as políticas sociais devem desenvolver espaços para potencializar a participação popular.

Paiva, Rocha e Carraro (2010, p. 251), partem da hipótese de que os espaços de controle social seguem a lógica da democracia representativa reproduzindo suas características, ocasionando o “[...] distanciamento das massas e das suas reais necessidades, a corrupção, a representação de interesses pessoais e privados, a burocratização etc.”, que acabam por não enfrentar o legado autoritário das políticas públicas. Estas características, próprias da dinâmica do capital, somam-se a ausência de condições materiais dos protagonistas fundamentais destes espaços o que fragiliza a participação efetiva destes sujeitos acrescida de uma consciência de que as condições para mudanças são inalcançáveis.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. **Pesquisas apontam que milhares de mortes por covid poderiam ter sido evitadas no Brasil**. 2021. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/06/24/pesquisas-apontam-que->

PROMOÇÃO

APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

milhares-de-mortes-por-covid-poderiam-ter-sido-evitadas-no-brasil. Acesso em 18. mai. 2022.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, DF, 1988.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 dez. 2022.

BRASIL. **Decreto Nº 9759 de 11 de abril de 2019**. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Brasília, DF. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Participação Social, uma evolução da democracia em benefício de todos! **Informe controle social**: bolsa família. n. 13, jun. 2008. Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/informe_controle_social/Informe%2013.pdf. Acesso em: 17 maio 2023.

CASTELO, R. O canto da sereia: social-liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro. **Em pauta**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 31, p. 119-138, 2013.

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/7562>.

Acesso em: 13 jun. 2023.

COUTO, B. R. **O direito Social e a Assistência social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2004. (p. 139-182).

FERNANDES, F. A contra-revolução interrompida. *In*: **Nova república?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1986.

GADOTTI, M. Gestão democrática da educação com participação popular no planejamento e na organização da educação nacional. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2014. **Educação Cidadã, Cadernos de Formação, 6**. Disponível em: http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/artigogadot-ti_final.pdf. Acesso em: 29 mar. 2016.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. *In*: TRASPADINI, R.; STEDILE, J.(orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 137-180.

MARX, K.; ENGELS, F. Burgueses e proletários. *In*: **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, J. P. Capitalismo e barbárie contemporânea. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 4, n.1, p. 202-222, jan./jun. 2012.

PROMOÇÃO



APOIO

OSORIO, J. Dependência e superexploração. *In*: MARTINS, C. E.; VALENCIA, A. S. (orgs). **A América Latina e os desafios da globalização**, Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

OSORIO, J. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. 1ª ed. São Paulo: Expressão popular, 2014.

PAIVA, B.; ROCHA, M.; CARRARO, D. Participação popular e assistência social: contraditória dimensão de um especial direito. **Revista Katálysis**. 2010, v. 13, n. 2. Disponível em: <https://www.scielo.br/jrk/a/Zhg4jJ3YvPNFvqK5VRVcvBL/?lang=pt#>. Acesso em 10 dez. 2022.

RAMPINELLI, W. J. Um genocídio, um etnocídio e um memoricídio praticados contra os povos latino-americanos (Resenha de: BAEZ, F.. A história da destruição cultural da América Latina: da conquista à globalização). *In*: **REBELA**, v.4, n.3. set./dez. 2014.

SANTOS, T. dos. **Evolução histórica do Brasil**: da colônia à crise da Nova República. Petrópolis: Vozes, 1994.

TAUTZ, C.; SISTON, F.; PINTO, J. R. L.; BALDIN, L. O BNDES e a reorganização do capitalismo brasileiro: um debate necessário. *In*: PASSARINHO, P.; MAGALHÃES, J.P; FILGUEIRAS, L. et. al. Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamound, 2010, p. 249-286.

TRAVASSOS, R. D. S. **Participação popular ou participação social: qual é a diferença?** *In*: BORNSTEIN, V. J. et al (Org.). Curso de Aperfeiçoamento em Educação Popular em Saúde: textos de apoio. Rio de Janeiro: EPSJV, 2016. p. 115-119. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/39431>. Acesso em: 23 fev. 2023.

NOTAS EXPLICATIVAS

1. A elaboração deste trabalho é produto dos estudos e experiências vivenciados nos projetos de pesquisa e extensão que desenvolvemos no âmbito do Coletivo Veias Abertas vinculado ao Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal de Santa Catarina.

PROMOÇÃO



APOIO

